

Alger, 13/6/1974

A delegação do P.A.I.G.C. depois de consultar à sua Direcção Superior, tendo em consideração o desenvolvimento da situação política e militar na Guiné e da situação política em Cabo Verde e conqatado a posição dos Estados africanos e as decisões da reunião de Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da O.U.A. em Mogadiscio, esclarece à delegação portuguesa que o reconhecimento da República da Guiné-Bissau tornou-se um ponto fundamental das negociações. Para a opinião em geral e em particular para a opinião africana esse reconhecimento é o texto da sinceridade da intenção proclamada pelo governo português de descolonizar. A delegação portuguesa não deve considerar estas palavras como uma vontade de endurecer a nossa posição. Trata-se da necessidade de ter em conta a conjuntura que se criou neste momento em que retomamos as nossas negociações.

Nós consideramos que não devemos iniciar esta fase do nosso trabalho pela discussão dum texto e isso para evitarmos cair em discussões prolongadas sobre palavras. Entendemos ser preferível, após o tempo de reflexão que tivemos, começarmos por assentar nos princípios de base com os quais ambas as partes poderão estar de acordo.

Não se põe o problema da autodeterminação e do referendo. Os Movimentos de Libertação Nacional não o querem. A Africa também não o quer. Está ultrapassado. Tiveram a oportunidade de ouvir a opinião da PRELIMO sobre o mesmo assunto.

O problema que se põe é a transferência dos poderes exercido por Portugal. A

.../...

quem vão entregar o poder? No caso da Guiné está claro. Há os órgãos de soberania constituídos; a Guiné é um Estado reconhecido por 85 países e internacionalmente o governo de Portugal ocupa ilegalmente uma parte do território da Guiné. Trata-se do problema da liquidação da ocupação e da garantia dos interesses de Portugal. No que respeita à retirada das tropas nós estamos prontos a compreender todas as dificuldades e dar a nossa melhor colaboração.

As Ilhas de Cabo Verde têm o direito à independência como as outras colónias. A realização do referendo é contestada por todos e em particular por nós. O referendo organizado sob a dominação colonial deixou muito má recordação na África, ninguém o aceita neste momento. Nós consideramos que o problema que se põe em Cabo Verde é ver a quem transferir o poder. O poder em Cabo Verde deve ser transferido a uma Assembleia Nacional Popular eleita por sufrágio universal e directo. Portanto nós propomos:

- 1 - A constituição de um executivo provisório cuja composição incluirá representantes do Governo português e representantes do P.A.I.G.C.;
- 2 - A função do executivo provisório será essencialmente a organização das eleições para a Assembleia Nacional Popular e expedir os assuntos correntes, em particular promover a assistência às populações vítimas da seca;
- 3 - Os outros aspectos serão determinados numa fase ulterior das negociações;
- 4 - A Assembleia Nacional Popular adoptará uma Constituição do Estado de Cabo Verde e decidirá do problema da unidade com a Guiné
- 5 - As Assembleias Nacionais Populares da Guiné e de Cabo Verde adoptarão a Constituição da união e designarão os órgãos do Estado da união.

Esclarecemos a delegação portuguesa o seguinte:

- ao aceitarmos a abertura das negociações em Londres fomos coerentes connosco mesmos porque sempre dissemos que estávamos dispostos a negociar sem qualquer condição prévia e onde quer que fosse. Marcando a nossa independência de acção e de pensamento fomos à Londres, como sabem, mesmo contra a opinião de vários Estados africanos e em especial da República da Guiné. Esperávamos também que o Governo Trabalhista seria coerente com as decisões tomadas anteriormente - a nossa presença no Congresso do Partido Trabalhista, a presença do nosso camarada Amílcar Cabral na Inglaterra e as posições tomadas quando da visita de Marcello Caetano. Ora, aconteceu que o Partido Trabalhista recebeu a nossa delegação, da qual fazem parte vários membros do Comité Executivo da Luta do P.A.I.G.C., duma maneira incorrecta, ignorando mesmo a sua presença na capital britânica.

Escolhemos a Argélia porque achamos que seria aceite sem quaisquer dificuldades pela parte portuguesa.

Reafirmamos que o objectivo final das nossas negociações é a solução do conflito que opõe o nosso povo na Guiné e Cabo Verde ao colonialismo português, solução essa que pressupõe a libertação total da Guiné e de Cabo Verde.